



Dr. Dyogo Patriota e Reitor João Otávio, Presidente da ABRUC.

INFORMATIVO DA 37ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ABRUC, PONTOS IMPORTANTES, TEMAS ABORDADOS E SUAS REPERCUSSÕES



A Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias ocorreu descentralizadamente na cidade de Curitiba-PR que sediou também o Simpósio Interinstitucional “Experiências em Inovação no Ensino da Graduação”.

Temas absolutamente pertinentes foram tratados na assembleia, como a expansão do número de associados no Brasil, em todas as regiões do país, o que se refletirá no caráter nacional da entidade, a discussão do conceito constitucional de entidade comunitária, além das normas legais que tratam dessa temática e da sua eficácia no âmbito prático.

De outro lado, o simpósio referido foi um momento de intensa troca de experiências catedráticas entre as diversas Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) presentes no ambiente, demonstrando a proximidade entre as aulas e a extensão universitária e o impacto que o modelo de Universidades Comunitárias tem sobre sua região de influência. Discussões acerca de interdisciplinaridade, interprofissionalidade, formação por módulos, ambientes virtuais de aprendizagem, aproximação das diversas áreas do conhecimento, curricularização da extensão universitária e metodologias ativas com o aluno no centro do processo de aprendizagem demonstraram a intensa integração dessas entidades com todas as políticas necessárias ao desenvolvimento sustentável do Brasil.



Ilustre Reitor Maurício da Silva Ferreira (UCSAL). Integrante das Diretorias da ABRUC e da ANEC.





Reunião com o MEC e Entidades Associativas tratou sobre a educação superior no Brasil, FIES e maior comunicação entre Governo e Instituições de Ensino Superior (IES)



Na data de 28 de junho diversas entidades associativas, e entre elas destaca-se a ABRUC, estiveram presentes no MEC para participar de reunião com o Dr. Felipe Sigolo (Secretário Executivo Substituto do Ministério), Dr. Vicente Júnior (Diretor de Políticas e Regulação) e Dr. Pedro Pedrosa (Coordenador Geral de Suporte ao FIES). Foram debatidos temas como questões operacionais decorrentes da mudança da gestão do FIES à CEF, a criação de um manual para incrementar a segurança nas informações do sistema alimentado pelas IES, além da criação de um canal exclusivo de solução de problemas recorrentes.

Ao MEC foram solicitadas soluções para renegociações via sistema de débitos em aberto de alunos FIES e a divulgação de listas com a previsão clara e precisa das datas de repasse, a serem estritamente observadas, assim como uma relação geral de estudantes inadimplentes, facilitando a gestão desse passivo pelas IES vinculadas ao programa. Contudo, sobre o impasse a respeito da viabilidade da renegociação de dívidas, via sistema, dos alunos inadimplentes — o que evitaria problemas nos aditamentos contratuais —, foi noticiado que provavelmente tal módulo não estará pronto até a data limite, e por isso, discute-se seriamente a possibilidade das Universidades, Centros Universitários e Faculdades negociarem individual e diretamente com os interessados ou aditarem o contrato mesmo com a dívida pendente, evitando-se perdas de alunos e evasão.

Da parte do Ministério da Educação, foi anunciado que os alunos prejudicados com erros do sistema terão total atenção da Administração Pública, mas necessitam de prints das telas para comprovar o prejuízo. O sistema de oferta aos estudantes já opera normalmente. Concomitantemente, foi publicizado que aproximadamente 50.000 alunos conseguiram formalizar a contratação FIES no primeiro semestre de 2018 e que no FIES 1 estão previstas mais 50.000 vagas para o segundo semestre, levando em conta critérios prioritários como região, tipos de cursos e as entidades de ensino superior (que aparecerão em rol para escolha dos interessados). Ademais, o CG-FIES teria aprovado norma administrativa com intenção de proibir que o percentual de financiamento individual seja inferior a 50% do valor da mensalidade. Além disso, buscou-se uma linha de crédito junto ao BNDES de dois bilhões de reais com vistas ao custeio de cursos. Sobre o FIES 2 e 3, a ideia de compartilhamento de riscos pelos fundos constitucionais ainda depende de autorização do Congresso Nacional. Por fim, em média, o índice de financiamento dos educandos alcançou o percentual de 70%.